

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

A Administração

Balanços Patrimoniais

31 de Dezembro de 2013 e 2012

		(Em milhares de reais)		
Ativo	Nota	31/12/2013	31/12/2012	
Circulante		11.905	6.337	
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.893	2.663	
Contas a receber de clientes	7	3.840	3.472	
Impostos a recuperar		-	1	
Despesas pagas antecipadamente		115	150	
Outros ativos		57	51	
Não circulante		232.698	237.325	
Títulos e valores mobiliários	6	5.205	5.665	
Imobilizado	8	227.261	231.415	
Intangível	9	232	245	
Passivo				
Circulante		19.650	20.025	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	10	10.791	10.388	
Fornecedores		606	502	
Salários, férias e encargos sociais		167	249	
Impostos e contribuições sociais a recolher	11	759	718	
Dividendos declarados		3.144	-	
Provisões de constituição dos ativos	12	4.173	7.777	
Outras passivos		10	391	
Não circulante		123.149	131.927	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	10	107.804	118.690	
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	11.382	8.882	
Provisões de constituição dos ativos	12	3.945	4.355	
Outras obrigações		18	-	
Patrimônio líquido		101.804	91.710	
Capital social	15	43.817	43.817	
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	36.536	36.536	
Reservas de lucros	15	21.451	11.357	
		101.804	91.710	
Total do passivo e patrimônio líquido		244.603	243.662	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

		(Em milhares de reais)					
Saldos em 31 de dezembro de 2011	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva de dividendos não distribuídos		
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	36.536	-	-	-	36.536
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	6.612	6.612
Reserva legal		-	-	330	-	(330)	-
Transferência para reserva de lucros		-	-	-	1.570	4.712	(6.282)
Saldos em 31 de dezembro de 2012		43.817	36.536	568	2.697	8.092	91.710
Lucro líquido do exercício	15	-	-	-	-	13.238	13.238
Dividendos declarados	15	-	-	-	-	(3.144)	(3.144)
Reserva legal	15	-	-	662	-	(662)	-
Transferência para reserva de lucros	15	-	-	-	-	9.432	(9.432)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		43.817	36.536	1.230	2.697	17.524	101.804

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de Dezembro de 2013 e 2012

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. é uma "Sociedade de Propósito Específico - SPE", tendo como objetivo social construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Lavrinhas - PCH, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. A Usina encontra-se instalada no município de Lavrinhas - SP, limite entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A sede social da empresa está localizada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.855 - São Paulo - SP. A Usina possui duas turbinas com potência equivalente a 15 MW cada. Em 03 de setembro de 2011 a primeira turbina entrou em operação comercial, e a segunda turbina em 05 de maio de 2012. Com a instalação da Usina, a Companhia passou a contar com potência instalada total de 30 MW, cuja geração efetiva atende a despacho do Operador Nacional do Sistema - ONS. As atividades de geração, operação e comercialização de energia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, e a atividade de operação pelo ONS, responsável por operar o Sistema Interligado Nacional - SIN. A ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 138/2004, de 06 de abril de 2004, autorizou a implantação e exploração da PCH Lavrinhas. Esta autorização foi transferida para a SPE Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. através da Resolução nº 716/2006, de 03 de outubro de 2006. Atividade da Resolução nº 1005/2007, de 14 de agosto de 2007, a ANEEL anuiu à transferência do controle societário para a Alupar Investimento S.A. A autorização vigorará pelo prazo de trinta anos, a contar da data da publicação (até 2034).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis da Companhia foi efetuada através de Reunião de Diretoria realizada em 13 de fevereiro de 2014.

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.2. Base de preparação e apresentação:** Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis, tais como capacidade de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volumes de energia elétrica vendida e comprada, número de consumidores, seguros e meio ambiente, não foram auditadas pelos auditores independentes. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido o tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisões para contingências, depreciação e amortização, mensuração a valor justo, instrumentos financeiros e provisões para constituição de ativos. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia não possuía qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos. 3.1.1. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários, são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalentes de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. 3.1.2. **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados como disponível para venda, em função de não terem sido constituídos com o objetivo de serem negociados no curto prazo, não serem a característica de derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e a também pelo fato da Administração da Companhia não ter a intenção de mantê-los até o vencimento. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que dovesse ter sido reconhecida

no patrimônio líquido. 3.1.3. **Contas a receber concessionárias e permissionárias:** A Companhia classifica os saldos de concessionárias e permissionárias, como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. 3.1.4. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Companhia é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não tem provisão para créditos de liquidação duvidosa. **3.2. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **3.3. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação. **3.4. Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade. Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; Empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia não possuía instrumentos de *hedge*. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: • Empréstimos e financiamentos: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incluindo até a data do balanço, em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. • Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços. **3.5. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6. Imobilizado:** O ativo imobilizado está registrado pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação, conforme nota explicativa nº 8. **3.7. Intangível:** O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização conforme nota explicativa nº 9. **3.8. Tributação:** 3.8.1. **Impostos sobre as vendas:** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) 0,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%; Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. 3.8.2. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda (IR) e a contribuição social (CSL). A Companhia está sob o regime de apuração pelo lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada sobre uma base de 8% e 12% da receita operacional bruta, respectivamente. A alíquota utilizada para a apuração do imposto de renda é de 15%, acrescido do adicional de 10% para a

Demonstrações dos Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

		(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)		
	Nota	31/12/2013	31/12/2012	
Receita operacional líquida	17	39.797	35.338	
Custos operacionais				
Custo dos serviços prestados		(4.426)	(5.241)	
Energia comprada para revenda		(5.219)	(5.639)	
Depreciação		(5.705)	(5.261)	
Amortização		(14)	(14)	
	18	(15.364)	(16.155)	
		24.433	19.183	
Lucro bruto				
Despesas operacionais				
Administrativas e gerais		(1.037)	(960)	
Pessoal		(559)	(281)	
Honorários da diretoria e conselho de administração	14.3	(371)	(381)	
Outras receitas		20	-	
Outras despesas		(24)	(37)	
	18	(1.971)	(1.659)	
		22.462	17.524	
Lucro antes do resultado financeiro				
Despesas financeiras	19	(8.509)	(10.175)	
Receitas financeiras	19	803	483	
		(7.706)	(9.692)	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		14.756	7.832	
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(1.518)	(1.220)	
		(1.518)	(1.220)	
		13.238	6.612	
Lucro líquido do exercício				
Resultado por ação				
Básico e diluído	16	0,3021	0,1509	
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		43.817	43.817	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

		(Em milhares de reais)	
	31/12/2013	31/12/2012	
Lucro líquido do exercício	13.238	6.612	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Total do resultado abrangente do exercício	13.238	6.612	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

(Em milhares de reais)

parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. 3.8.3. **Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos tributários não utilizados possam ser utilizados. **3.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridos. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. **3.11. Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas à título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o Estatuto Social, a Diretoria poderá submeter à autorização do Conselho de Administração o pagamento de juros sobre capital próprio e/ou dividendos à conta do lucro apurado no período, bem como o pagamento de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a liquidação mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício. **3.12. Reconhecimento da receita:** A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado. 3.12.1. **Receita de geração de energia elétrica:** A Companhia reconhece a receita de venda de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorrem em bases mensais. 3.12.2. **Receita de juros:** A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **3.13. Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os lucro por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. **3.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos -** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. 3.14.1. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

		(Em milhares de reais)		
	Nota	31/12/2013	31/12/2012	
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		14.756	7.832	
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa				
Depreciação e amortização	8 e 9	5.719	5.275	
Variações monetárias e cambiais líquidas	10	8.465	10.147	
Receitas financeiras	19	(405)	(451)	
Baixas do ativo imobilizado	8	25	-	
		28.560	22.803	
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber de clientes		(368)	(81)	
Impostos a recuperar		1	14	
Adiantamento a fornecedores		(55)	-	
Despesas pagas antecipadas		35	(150)	
Outros ativos		49	(51)	
		(338)	(268)	
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores		104	(1.452)	
Salários, férias e encargos sociais		(82)	158	
Contribuições e impostos a recolher		(1.477)	(1.314)	
Provisões de constituição dos ativos		(4.014)	(7.292)	
Outros passivos circulantes		(381)	77	
Outros passivos realizáveis a longo prazo		18	-	
		(5.832)	(9.823)	
Caixa líquido proveniente (aplicados nas) das atividades operacionais		22.390	12.712	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Resgate de investimentos (títulos e valores mobiliários)		865	977	

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de Dezembro de 2013 e 2012

contratadas existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesas já registradas. Quando aplicável, a Companhia constitui provisões com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. 3.14.3. Valor justo de instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. 3.15. Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. 3.16. Demonstração do valor adicionado (DVA): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista em norma obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

4. PRONUNCIAMENTO TÉCNICO REVISADOS PELO CPC E OUTROS NOVOS REQUERIMENTOS LEGAIS

4.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas: Os pronunciamentos contábeis CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 36 (R3), CPC 45, CPC 46, passaram a vigor em exercícios iniciados após 01 de janeiro de 2013. Contudo, não causaram nenhum impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. 4.2. Pronunciamentos que ainda não estão em vigor em 2013: A seguinte norma foi emitida pelo IASB e aprovadas pela CVM, mas não está em vigor para o exercício de 2013: IFRS 9 - Instrumentos financeiros: Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição da IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros. Esta norma e a alteração posteriormente efetuada são efetivas para exercícios anuais iniciando em 01 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e eventuais diferenças em relação a IAS 39. 4.3. Medida Provisória 627 e Instrução Normativa 1.397: Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que são:

8. IMOBILIZADO

a) A composição e movimentação do ativo imobilizado é a seguinte:

Ativo imobilizado	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor	%	Valor	%
Em serviço	1.284,00	0%	1.284,00	0%
Reservatórios, Barragens e Adutoras	103.282,00	2%	103.277,00	2%
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	34.005,00	3%	33.995,00	3%
Máquinas e Equipamentos	94.670,00	4%	94.641,00	4%
Veículos	41,00	0%	44,00	0%
Móveis e Utensílios	54,00	0%	53,00	0%
Outros	1.529,00	0%	1.532,00	0%
Total do custo do imobilizado	239.735		238.191	
Depreciação	1.576,00	(32)	1.809,00	(809)
Licença de uso de software	2.198,00	(512)	2.184,00	(512)
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.648,00	(40)	1.648,00	(40)
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	5.596,00	(13)	5.596,00	(13)
Máquinas e Equipamentos	98,00	(2)	98,00	(2)
Veículos	10,00	(0)	10,00	(0)
Móveis e Utensílios	10,00	(0)	10,00	(0)
Outros	12.474,00	(28)	12.474,00	(28)
Total da depreciação	(12.474)		(12.474)	
Total do imobilizado líquido	227.261		225.717	

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição ou construção, menos a depreciação acumulada. A Companhia não identificou índices de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão incluem, ao final do prazo de cada concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 474/2012. O montante das aquisições no ano de 2013 representam investimentos em materiais, equipamentos e serviços, vinculados ao ativo imobilizado, aplicados na implantação da PCH Lavrinhas.

9. INTANGÍVEL

a) A composição e movimentação do ativo intangível é a seguinte:

Ativo intangível	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor	%	Valor	%
Em serviço	265,00	20%	264,00	20%
Intangível	33,00	(3)	14,00	(1)
Total do custo do intangível	298		278	
Amortização	14,00	(5)	14,00	(5)
Intangível	33,00	(3)	14,00	(1)
Em serviço	19,00	(1)	19,00	(1)
Intangível	33,00	(3)	14,00	(1)
Total do intangível líquido	284		264	

Registrado ao custo de aquisição e com amortização calculada pelo método linear.

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

a) O saldo de empréstimos, financiamentos e encargos de dívida é composto da seguinte forma:

	31/12/2013	31/12/2012
Encargos de dívidas - circulante	332	360
Moeda nacional	332	360
Finame	332	360
Principal - circulante	10.425	10.024
Moeda nacional	34	34
Finame	10.391	9.990
Total - circulante	10.757	10.384
Principal - não circulante	107.731	118.559
Moeda nacional	73	131
Finame	107.700	118.428
Total - não circulante	107.804	118.690
Total geral	118.595	129.078

Os recursos captados no BNDES tem por finalidade a implantação da PCH Lavrinhas. Em 11 de março de 2009, a companhia celebrou o contrato nº 08.2.0976.1, cujo montante original financiado é de R\$ 111.185, corrigidos à TJLP mais juros

	31/12/2013	31/12/2012
Moeda nacional	332	360
Instituições financeiras/credores	107.804	118.690
Empréstimos e financiamentos:		
BNDES	107.731	118.559
BNDES	73	131
FINAME	107.700	118.428
FINAME	34	34

c) A movimentação de empréstimos, financiamentos e encargos de dívida é composta da seguinte forma:

Descrição	31/12/2011		31/12/2012		31/12/2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
BNDES	139.428	70	10.143	(10,276)	10.425	(10,422)
BNDES	131	4	131	1,276	131	1,276
FINAME	139.428	70	10.143	(10,276)	10.425	(10,422)

As parcelas relativas ao financiamento atualmente classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

Ano	Divida total - (R\$)
2015	10.459
2016	10.431
2017	10.431
2018	10.426
2019	10.426
Após 2019	56.603
Total	107.804

Os contratos que a Companhia possui com o BNDES estabelecem condições financeiras restritivas que são: a) de manter Índice de Capital Próprio (Índice de Capitalização) igual ou superior a 25% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, apurados anualmente, a partir do exercício findo em 2013. Em 10 de fevereiro de 2012, o BNDES autorizou a Companhia Lavrinhas a apresentar o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida e Índice de Capitalização somente a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Desta forma, em 31 de dezembro de 2013 a companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	31/12/2013	31/12/2012
Circulante	278	207
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	145	109
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	12	112
Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços - ICMS	74	40
Programa de integração social - PIS	17	112
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	110	184
Instituto nacional de seguro social - INSS	16	19
Outros	14	47
Total	759	718

12. PROVISÕES DE CONSTITUIÇÃO DOS ATIVOS

As provisões para obrigações vinculadas à usina referem-se a custos de implantação do empreendimento que serão desembolsados financeiramente de acordo com o

A Diretoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Diretores da Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. - Examinamos as demonstrações contábeis da Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado e resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor,

tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTI. A Companhia preparou um estudo dos efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e equivalentes de caixa	3	3
Bancos - Depósitos à vista	3.895	360
Aplicações financeiras	3.995	2.300
Total	7.893	2.663

Em 31 de dezembro de 2013 as aplicações financeiras referem-se substancialmente à operação compromissada no valor de R\$ 3.994 com liquidez imediata, sem carência, com rentabilidade de 90% a 100,4% do CDI. Em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$ 2.300 refere-se à aplicação automática, com aplicações e resgates efetuados diretamente pela instituição financeira, vinculada à conta corrente, com liquidez imediata, onde a remuneração efetiva do CDI pode variar de 20% a 80% dependendo do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados. Em 31 de dezembro de 2012 a remuneração efetiva do CDI era de 100% do CDI. A administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento mínimo, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. Esta aplicação é considerada instrumento financeiro mensurado ao valor justo em contrapartida do resultado.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2013	31/12/2012
Não Circulante	5.205	5.665
Aplicação financeira	5.205	5.665

Essas aplicações financeiras referem-se à constituição de conta reserva definida nos contratos de empréstimos da Companhia com o BNDES, com característica de baixa liquidez, e baixo risco de crédito, com remuneração efetiva do CDI de 100% em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Esta conta consiste na obrigação de manter, no mínimo, três prestações do financiamento retidas.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2013	31/12/2012
Circulante	3.840	3.472
Suprimento de energia elétrica	3.840	3.472

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo corresponde ao faturamento de dezembro, conforme contrato nº 115/2007 celebrado de venda de energia. A emissão do documento fiscal dar-se-á até o final da primeira quinzena subsequente ao faturamento contábil desta receita, onde o consumo/fornecimento de energia elétrica vendida é auferido.

14.2 Garantias

Data da autorização	Órgão autorizador	Empresa garantida	Empresa garantidora	Contrato	Garantia	Valor do contrato	Início do contrato	Encerramento do contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2013
01/02/08	Conselho de Administração	Lavrinhás	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer títulos, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	111.185	11/03/09	15/04/25	104.320
14/06/10	Conselho de Administração	Lavrinhás	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	16.875	08/09/10	15/04/25	14.167

14.3 Remuneração da administração: De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, assim como dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, em decorrência do exercício de suas funções. Cabendo ao Conselho de Administração a definição da distribuição da remuneração aos seus membros e aos membros da Diretoria. A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus à remuneração de valor equivalente à 10% daquela definida à Diretoria. No exercício findo em 2013 e 2012, a remuneração foi conforme segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Benefícios de curto prazo ^(a)	(335)	(351)
Benefícios Pós-emprego	(2)	-
Remuneração do conselho	(34)	(30)
Total	(371)	(381)

(a) Compostos por ordenados, salários e benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale-liquidação.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 50.000, podendo ser emitidas ações ordinárias e/ou preferenciais. O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 43.817, dividido em 43.817.126 (quarenta e três milhões, cento e oitenta e sete mil, cento e vinte e seis) ações, sendo 21.912.945 (vinte e um milhões, novecentos e doze mil, novecentos e quarenta e cinco) ações ordinárias e 21.904.181 (vinte e um milhões, novecentos e quatro mil, cento e oitenta e uma) ações preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal. Em 28 de outubro de 2013 os acionistas Alupar Investimento S/A, e Enixe Energia e Participações Ltda. exerceram a Opção de Compra das ações preferenciais pertencentes ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS na Usina Paulista Lavrinhas de Energia S/A, mediante Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Ações Preferenciais de Emissão celebrados entre as partes, na qual a Alupar Investimento S/A adquiriu 3.285.627 ações e a Enixe Energia e Participações Ltda. adquiriu 3.285.627 ações. Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a composição societária é a seguinte:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimento S/A	10.959.038	25,01	7.666.463	17,50
Enixe Energias e Participações Ltda.	10.953.863	25,00	3.285.627	7,50
Membros do Conselho de Administração	44	-	-	-
FI - FGTS	-	-	10.952.091	24,99
Total das ações	21.912.945	50,01	21.904.181	49,99
Acionistas				
Alupar Investimento S/A	10.959.038	25,01	4.380.836	10,00
Enixe Energias e Participações Ltda.	10.953.863	25,00	-	-
Membros do Conselho de Administração	44	-	-	-
FI - FGTS	-	-	17.523.345	39,99
Total das ações	21.912.945	50,01	21.904.181	49,99

Reserva de Lucros: a) Reserva legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos. b) Reserva especial para dividendos não distribuídos: Reserva decorrente dos dividendos mínimos obrigatórios apurados em exercícios anteriores devidos aos acionistas da Companhia e que não puderam ser distribuídos em função da obrigação especial da Companhia prevista no contrato de empréstimo celebrado com o BNDES. c) Lucros retidos: Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação. Destinação do resultado: De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão o direito de receber, com dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, deduzido da importância destinada à constituição de reserva legal.

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	13.238	6.612
Reserva legal	(662)	(330)
Subtotal	12.576	6.282
Dividendo mínimo obrigatório	(3.144)	-
Reserva especial para dividendos não distribuídos	-	(1.571)
Reserva de lucros	(9.432)	(4.711)
Saldo de lucros acumulados	-	-

16. RESULTADO POR AÇÃO

	31/12/2013	31/12/2012
Numerador:		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas	13.238	6.612
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	21.913	21.913
Média ponderada do número de ações preferenciais	21.904	21.904
Lucro por ação	0,603	0,302
Lucro básico e diluído por ação ordinária	0,3021	0,1509
Lucro básico e diluído por ação preferencial	0,3021	0,1509

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de mercado são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. 21.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros: Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações contábeis.

Ativo	31/12/2013		31/12/2012		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						